

Reúso, uma opção econômica de gestão de água para empresas



A crise hídrica que os municípios do estado de São Paulo estão enfrentando já vinha sendo anunciada desde o primeiro semestre do ano passado pelos meios de comunicação. Naquele período sabia-se que a crise não estava relacionada à escassez de chuvas, mas também à falta de opções e fontes alternativas de recursos hídricos para prover o abastecimento de água para a população. E, claro, à falta de planejamento de longo prazo.

Em maio de 2014, o volume útil do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de pessoas, estava em cerca de 8,5% de sua capacidade. No final de janeiro de 2015, esse volume estava na faixa de 5,4%, já acrescido de sua segunda reserva técnica, utilizada desde outubro de 2014. O risco iminente para o crescimento econômico é certo, uma vez que a indústria e a agricultura dependem de água em seus processos produtivos. Segundo a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, o estado de São Paulo concentra 35,6% do valor de transformação industrial (VTI) brasileiro, somando cerca de R\$ 350 bilhões (dados do IBGE 2011). Dentre os setores mais relevantes estão os de fabricação de produtos alimentícios, fabricação de automóveis, reboques e carrocerias-coque, produtos do petróleo e biocombustíveis, produtos químicos e máquinas e equipamentos. No caso de indústrias de bebidas, a Coca-Cola e a Ambev, juntas, investiram cerca de R\$ 2,4 bilhões em plantas no estado do Paraná, no segundo semestre de 2013, na tentativa de não depender do recurso hídrico no estado de São Paulo. Além dessas alternativas, as empresas estão antecipando férias, demitindo funcionários, gastando mais com transporte e compra de caminhões pipas, além de paralisarem ou reduzirem a produção. Apesar

de a conjuntura atual e cenário futuro serem desfavoráveis para alguns tipos de indústrias e para a população, este cenário torna-se uma oportunidade para empresas que atuam na construção de sistemas de reúso, de estações de tratamento de efluentes, entre outras alternativas de abastecimento de água. No caso de sistemas de reúso, as empresas relatam que podem chegar a uma economia de 15% de seu consumo total de água. A partir da construção de ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto), as empresas podem reutilizar o esgoto tratado (conforme padrões estabelecidos em lei) em lavagem de ruas, rega jardins e em alguns processos industriais. Em alguns países, como o Japão, as indústrias só utilizam água de reúso. Em Tóquio, nos prédios maiores de 10 mil metros quadrados é obrigatória a existência de um sistema de tratamento e reúso da água.

Para estabelecer um processo de reúso de água na produção industrial, as empresas devem verificar as características de sua produção, produtos gerados, obter informações sobre consumo de água nos diversos setores produtivos, analisar laudos que consolidem informações sobre características dos efluentes gerados, sobre qualidade da água utilizada em seus processos, além de verificar potenciais desperdícios em seus processos e possíveis planos de expansão que possam afetar o diagnóstico inicial no que tange à demanda de água e à geração de efluentes. A partir dessas informações as empresas poderão identificar e quantificar o consumo de água por categoria de uso em cada setor produtivo, permitindo a visualização de pontos críticos em seu consumo de água.

As ações após este diagnóstico se complementam. A empresa poderá, por exemplo, verificar a possibilidade de substituir equipamentos por modelos modernos e econômicos no consumo de água e de energia e até repensar todo processo produtivo, tendo em mente, é claro, a viabilidade da substituição dos equipamentos.

Para motivar as empresas que adotarem alternativas para redução no consumo de água o Imposto Ecológico, aprovado em 2010, tem como objetivo instituir descontos de até 10% no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e no ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) da construção dessas empresas. Apesar de estudos técnicos quanto às medidas mais eficazes que devem ser adotadas pelos contribuintes, o projeto é uma das propostas de regulamentação que deve entrar na pauta política novamente, visto a gravidade de temática no cenário atual.

Isabel Santos
Consultora
especializada em
negócios sustentáveis
da Keyassociados

